

POLÍTICA

A mensagem foi revista e agora os constituintes não mais poderão deliberar sobre a Federação e a República. O PDS já avisou que não vai à cerimônia. E a comissão de notáveis continua sendo criticada.

ANC 88
Pasta Jun/85
145/1985

Constituinte: Sarney assina hoje a convocação. Mas a data pode ser mudada.

O presidente José Sarney assina hoje, às 11 horas, em solenidade no Palácio do Planalto, a mensagem de quatro artigos convocando a Assembléia Nacional Constituinte, com uma mudança em relação ao esboço aprovado há dias pelas lideranças da Aliança Democrática, que passou ontem por uma redação final: será suprimida a autorização para os constituintes deliberarem sobre a Federação e a República.

O líder do governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, admitiu, porém, que ainda hoje a data de instalação da Constituinte poderá ser antecipada de 1º de fevereiro de 1987 para 31 de janeiro do mesmo ano, isso para que não coincida a data de instalação da Constituinte com a instalação e posse do novo Congresso, a 1º de fevereiro, com a eleição das Mesas do Senado e da Câmara.

Sarney decidiu dar caráter solene ao ato e foram convidados todos os constituintes ainda vivos de 1946 — um grupo heterogêneo formado, entre outros, por Jorge Amado, pelo sociólogo Gilberto Freire, pelos comunistas Luís Carlos Prestes e João Amazonas, pelos deputados Magalhães Pinto e Manoel Novaes e ainda pelo jornalista Barbosa Lima Sobrinho. Foram convidados igualmente os presidentes da Câmara e do Senado, do Supremo Tribunal Federal e os presidentes e líderes de todos os partidos. Mas o PDS já avisou: não vai.

Os pretextos apresentados pelos pedesistas para a decisão tomada ontem de manhã pela Executiva Nacional foram vários. Mas o principal, segundo seu secretário-geral, deputado Armando Pinheiro, é que o partido não concorda que a iniciativa da convocação tenha partido do Executivo, por entender que deveria partir do Congresso Nacional.

A decisão do PDS chegou a surpreender, pois anteriormente seus líderes no Congresso, senador Murilo Badaró e deputado Prisco Viana, além do presidente do partido, senador Amaral Peixoto, haviam confirmado presença. Segundo um dos membros da Executiva, pesou também na decisão de não comparecer o desagrado com as tentativas do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, de constituir chapa dissidente para concorrer ao Diretório Nacional na convenção de 17 e 18 de agosto.

Outro fator apontado para a ausência do PDS: o presidente do partido não recebeu



Pimenta fala ao ouvido de Lyra



Afonso Arinos



Amaral Peixoto

convite especial, mas apenas um telegrama formal do chefe do cerimonial do Planalto. "A Executiva vetou; não subiremos a rampa" — brincou Prisco Viana, enquanto o presidente Amaral Peixoto, procurava amenizar a decisão: "A Executiva não vetou. Os líderes, de fato, foram convidados. Recebi telegramas convidando-me, não sei se como senador ou como constituinte. Não houve

convite ao partido. Eu tinha ficado até de ir". Depois, explicou:

"Estão dando característica muito política ao episódio. É uma promoção do governo em que entraríamos como pano de fundo. Considero desde já um abuso dar prazo à Constituinte. Ela pode elaborar a nova Constituição no mês seguinte e ou durante um ano. Além disso, se não cumprir o prazo

quem lhe vai aplicar sanções se ela é soberana?"

Para o líder Pimenta da Veiga, no entanto, "será ruim para a cerimônia, mas será pior para o PDS, que teria uma boa oportunidade para redimir-se, depois de apoiar por 20 anos a Carta outorgada que está aí".

Durante a cerimônia, de hoje, Sarney fará um pronunciamento sobre a importância

da Constituinte, antes de assinar a mensagem. Depois de convocada a Constituinte, caberá ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, criar a comissão a ser presidida pelo jurista Afonso Arinos, com a finalidade de elaborar um anteprojeto de Constituição, antes mesmo do início dos trabalhos dos constituintes.

E é justamente essa comissão um dos pontos mais polêmicos e criticados do processo de mudança da Constituição. A Ordem dos Advogados do Brasil, por exemplo, através de seu presidente Hermann Baeta, voltou ontem a condenar a "comissão de notáveis", afirmando que sua formação viola a soberania da Constituinte, pois o texto será elaborado por um poder constituído, quando na Constituinte esses poderes podem ser até extintos. Além disso, para Baeta, a Constituinte é uma questão política e não jurídica.

Baeta estendeu suas críticas também às datas. Argumentou que os problemas prioritários do País precisam de solução em 1986 e não em 87. Além disso, disse que a OAB considera inadmissível a transformação do atual ou do futuro Congresso em Constituinte, da mesma forma como transformar Constituinte em Congresso.

A proposta de Baeta — que participa da cerimônia de hoje no Planalto — é que a Constituinte fosse eleita no início de 1986, com duração de seis meses, sendo extinta a partir do momento que terminasse a elaboração da nova Carta. De qualquer forma, ele anunciou que, a partir do envio da emenda presidencial, "a OAB vai acelerar a campanha para pressionar o Congresso no sentido de que o povo brasileiro tenha participação direta na elaboração da nova Constituição".

Em Salvador, o Comitê Pró-Constituinte da Bahia, que reúne mais de cem entidades, denunciou a "comissão de notáveis como mais uma manobra para esvaziar o conteúdo popular da nova Constituição". E anunciou um ato público para o dia 2 de julho, destinado a "dar a largada para a mobilização de toda a sociedade para participar da Constituinte".

Em sua nota, a entidade afirma que "não podemos aceitar uma Constituição feita pelas elites e pelos privilegiados. A Constituição que queremos é aquela que nasce do poder político que sempre foi tirado do povo. (...) Devemos lutar para que seja feita por todos".

PESQUISA

O Gallup confirma: a maioria do povo não sabe o que é.

Apenas 23% dos brasileiros sabem o que significa uma Assembléia Nacional Constituinte, segundo revela uma pesquisa realizada pelo Instituto Gallup. A maioria (77%) não ouviu falar (55%) ou não sabe o significado de uma Constituinte, embora o presidente José Sarney assinasse, hoje, em Brasília, uma mensagem convocando-a para 1987.

Mesmo que mais da metade da população não saiba o que significa uma Constituinte, entre os que sabem cerca de 42% acredita que ela vai ajudar "muito" e 39% que vai ajudar "um pouco" na resolução dos graves problemas nacionais. Principalmente para as pessoas de maior poder aquisitivo (46%) e com nível de instrução superior (47%) é ainda

mais elevada a tendência em afirmar que uma nova Constituição (que resultaria da Constituinte) ajudaria a resolver os problemas que o País enfrenta atualmente. E esse segmento da população está concentrado na região Sudeste (43%) e Nordeste (49%). Nas regiões Norte e Centro-Oeste, 14% da classe A não acredita que uma nova Carta Magna vá ajudar a resolver os problemas nacionais.

A pesquisa de opinião pública realizada entre os dias 25 de maio e 9 de junho pelo Gallup envolveu 2.740 entrevistados em 21 Estados e 180 cidades, representando a população adulta residente em áreas urbanas. A maioria dos entrevistados foram mulheres (1.379) contra 1.361 ho-

mens de diversas faixas etárias: 18/29 anos (1.132); 30/40 anos (1.116) e de 50 anos ou mais (492), a minoria.

92% quer a convocação

A pesquisa mostra ainda que apenas 45% dos brasileiros já ouviram falar alguma coisa sobre a Constituinte, mas desse total 22% não sabe o que é Constituinte, enquanto 23% sim. A medida que reduz o nível sócio-econômico dos brasileiros ou o seu nível de instrução, decresce também o conhecimento sobre o tema: apenas 11% dessa faixa (baixo poder aquisitivo) e 9% dos que têm escolaridade primária sabem o que vem a ser uma Constituinte. No Nordeste, 72% da população per-

tence à classe D/E, com 74% de escolaridade mínima e ainda não ouviram falar em Constituinte (63%), o que evidencia o baixo grau de informação e o pouco acesso aos meios de comunicação. Já o Sudeste mostra estar mais bem informado sobre a Constituinte: nos segmentos de classe A (60%) e com nível universitário (65%), chega-se a 23% do total nacional dos que sabem o que ela significa.

Quanto à convocação da Constituinte (considerando-se os 23% dos informados), 92% é a favor, 4% contra e 4% não tem opinião sobre sua necessidade. Essa atitude favorável à convocação é semelhante em todos os níveis sócio-econômicos e independe de região.